

ARTESANATO COLETIVO E EDUCAÇÃO POPULAR FEMINISTA COM MULHERES ASSENTADAS DA REFORMA AGRÁRIA

CARLA NEGRETTO¹; MÁRCIA ALVES DA SILVA²

¹*Universidade Federal de Pelotas – ka_karlynhha10@hotmail.com*

²*Universidade Federal de Pelotas – profa.marciaalves@gmail.com*

1. INTRODUÇÃO

Seria possível desenvolver uma educação popular feminista baseada em oficinas artesanais coletivas? Este trabalho pesquisa possibilidades da intervenção do artesanato como processo político pedagógico na promoção da equidade dos gêneros. Acreditamos que uma educação feminista libertadora só se efetiva de fato quando eclode conscientização sobre a opressão que existe em seu corpo. Dessa forma, essa proposta se coloca na tentativa de trazer uma contribuição a esse debate, buscando problematizar o mundo do trabalho feminino, a partir da implementação de oficinas de artesanato coletivo.

A pesquisa de mestrado na área de educação, denominada “*Discutindo gênero através do trabalho artesanal: uma parceria pedagógica entre homens e mulheres da reforma agrária contra o patriarcado e a divisão sexual do trabalho*”, vinculada ao projeto “*Trabalho Artesanal com Mulheres do Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)*” coordenado pela Prof.^a Dr.^a Márcia Alves da Silva, tem permitido compreender e discutir através de oficinas artesanais coletivas, como ocorre as relações de gênero e poder, no contexto público e privado, entre homens e mulheres dos assentamentos da Reforma Agrária.

No período que correspondem aos anos (2014-2016), foram ministrados oficinas artesanais que atenderam 40 mulheres de assentamentos, localizados na zona rural do município de Pinheiro Machado-RS. A partir do ano de 2017 a pesquisa prossegue investigando exclusivamente 2 Assentamentos, Santa Inácia e Alegrias, com um total de 15 participantes.

O artesanato foi induzido como uma influente ferramenta metodológica para debater a importância da questão de gênero e o protagonismo feminino nas tomadas de decisão dentro das áreas de Assentamentos. As oficinas de artesanato e criação coletiva se constituem em espaços de diálogos, formação, trocas de experiências e construção identitária. A partir dos relatos que surgem durante os encontros, buscamos problematizá-los na formação política pedagógica feminista, tendo como referencial teórico os estudos de gênero de Saffioti (1976), na análise da situação das mulheres como um efeito da sociedade de classes, enquanto o referencial das histórias de vida, especialmente de Joso (2004) buscam dar conta das narrativas das envolvidas.

A investigação intenta para união da educação popular e feminismo, numa práxis que segundo Paulo Freire (2005) não se detenha na educação bancária, (aquele em que o professor apenas deposita conhecimento em um aluno), mas que aponte implicações para uma educação libertadora sobre o corpo feminino, problematizando desse modo as trajetórias das mulheres, abrindo possibilidades para que as abordagens autobiográficas aflorem no próprio processo de produção artesanal. Pois, é através do resgate das histórias de vida que o ser humano é capaz de desenvolver a criticidade sobre as culturas do mundo e o seu papel dentro dele.

2. METODOLOGIA

A metodologia educacional da pesquisa sustenta-se na perspectiva da educação popular feminista baseada na obra de Paulo Freire, compreendendo que o aprendizado é algo dinâmico e construído coletivamente. A construção do conhecimento tanto artesanal, quanto na área de gênero é um plano duplo instrumental, capaz de preparar técnicas que atendam as necessidades reais das mulheres, por isso nosso princípio é a leitura de mundo e as experiências trazidas através das narrativas e histórias de vida.

[...] o conhecimento do mundo também é feito através das práticas do mundo; e é através dessas práticas que inventamos uma educação familiar às classes populares. [...] há modos de conhecer o mundo e as classes populares têm um modo peculiar de conhecimento (FREIRE, 2001, p. 20).

As oficinas se transformam em verdadeiros ateliês itinerantes, que se moldam de acordo com os espaços disponíveis de cada assentamento participante. Desse modo, podemos citar como espaços de formação as próprias residências das participantes, a igreja da comunidade local e as sedes dos assentamentos. Quando não disponibilizamos de espaço suficiente para atender todas as participantes, realizamos as oficinas ao ar livre.

Oficina é uma ferramenta da psicologia social para trabalho em grupo. Configura-se como um método vivencial-reflexivo, que articula a teoria com a experiência concreta da pessoa – o pensar, o sentir e o agir -, possibilitando a elaboração coletiva e articulada de novos conhecimentos (SOUZA, M.J.L, 2012, p. 167).

Cada oficina tem 8 horas de duração, o que equivale a um dia inteiro de atividades de formação. Durante o período da manhã elencamos temáticas sobre gênero, machismo, e a luta feminista por equidade de gêneros, tanto na esfera pública quanto na esfera privada. Para a efetivação dessa temática, busca-se o auxílio de filmes, dinâmicas, palestras e principalmente as ‘rodas de conversa’, onde cada mulher em si, busca de forma coletiva contribuir com suas trajetórias de vida de forma problematizadora e conscientizadora sobre as opressões vivenciadas dentro do sistema patriarcal e capitalista.

No período da tarde confeccionamos artesanatos como economia feminista, sendo essa uma grande arma na luta pela emancipação da mulher contra o patriarcado. Pensar em economia, de forma solidária e coletiva, é ter em mãos uma grande ferramenta na luta pela independência da mulher, fazendo-a lutar pelos seus direitos. Nesse compasso, as oficinas se materializam em espaços de construção coletiva e trocas de experiências de vida, onde aos poucos, a intencionalidade conduz as mulheres envolvidas para a valorização do que fazem, reconhecimento do artesanato como arte e trabalho feminino.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Pesquisar questões de gênero no meio rural, sobretudo no contexto do cotidiano da mulher camponesa, possibilita conhecer a realidade dos assentamentos não unicamente sob enfoque socioeconômico, mas também nas relações estabelecidas no dia a dia destes assentamentos que, além de moldarem as vidas existentes no local, também repercutem na esfera pública. Ao pesquisar a

estrutura organizativa de um assentamento, vem à tona os diferentes tipos de opressão que mulheres, crianças e jovens vivenciam.

No momento em que se consegue dialogar sobre as questões de gênero, cooperando com essas mulheres na construção de um novo olhar sobre si, nota-se o renascimento da vivacidade, onde o ser feminino descola-se do ser conformista, e passa a fazer uso da própria voz nas tomadas de decisões no interior dos assentamentos, adjacentes com os homens. Miguel traz uma análise em seu texto, denominado *Política de Interesses, Política do Desvelo: Representação e Singularidade Feminina* (2001), onde ele explica que a sociedade patriarcal vigente justificou ao longo de décadas a exclusão de mulheres da vida pública. Nesse estudo, o autor traz o pensamento de três principais autores contratualistas, que ilustram diferentes estratégias para a justificação da exclusão feminina da vida política. Thomas Hobbes (1993, p.130-7) por exemplo, não reconhece a mulher apenas como progenitora, mas naturaliza sua capacidade de dar à luz como um processo de fragilização do sexo, “a maternidade fragiliza a mulher, que passa a ser responsável pela segurança de um outro ser, indefeso. Isto permite que o homem a domine, pela força. Para garantir a própria vida, mãe e filhos se submetem à autoridade do homem”.

Para John Locke (1999, p.454-455), as mulheres abdicam de seus direitos no momento que contraem o matrimônio, do mesmo modo que o trabalhador faz quando assina um contrato de trabalho. Ele ainda enfatiza que esta alienação contratual, é o resultado vivo de uma racionalidade inferior, e que portanto, mulheres e trabalhadores estão inaptos para participação da vida pública.

Jean-Jacques Rousseau (1992, p. 405) vai mais longe para justificar a exclusão das mulheres na esfera pública. Baseando-se em diferenças intrínsecas dos gêneros, em seu romance pedagógico denominado *Emílio*, ele afirma, “Consultai o gosto das mulheres nas coisas físicas e que se prendem ao julgamento dos sentidos; o dos homens nas coisas morais e que dependem mais do entendimento [...] Quando as mulheres forem o que devem ser, elas se limitarão às coisas de sua competência e julgarão sempre bem”. Dessa forma, podemos perceber a influência dos pensadores iluministas na construção do patriarcado na sociedade moderna.

Esse pré-conceito sobre a capacidade de julgamento moral das mulheres são rebatidos por Heleith Saffioti, em *O poder do Macho* (1987). Nessa obra, Saffioti argumenta que “a força desta ideologia da ‘inferioridade’ da mulher é tão grande que até as mulheres que trabalham na enxada, apresentando maior produtividade que os homens, admitem sua “fraqueza”. Estão de tal maneira imbuídas desta ideia de sua “inferioridade” que se assumem como seres inferiores aos homens” (p.12). A autora ainda indaga uma questão: “o mero fato de a mulher deter, em geral, menos força física que o homem seria suficiente para decretar sua inferioridade? Os fatos históricos indicam que não” (p.12). Podemos citar aqui os fatores ligados à guerra. Quando os homens são destinados para combate, são as mulheres que assumem as funções antes desempenhadas por eles. Sem falar nas mulheres que se integram nas tropas do exército, assumindo patentes de comandante, comandando tropas majoritariamente formada por homens. A autora ainda dialoga com outros fatores que tentam inferiorizar a mulher que vão deste pontos de vistas biológicos até fatores como inteligência. Tudo isso é desmascarado pela autora provando que o processo de *naturalização* da discriminação contra a mulher é exclusivamente sociocultural.

4. CONCLUSÕES

Os apontamentos e análises abordados neste trabalho arrematam desenvolvimentos otimistas no percorrer dessa pesquisa. Sob a perspectiva de uma educação popular feminista, essas mulheres marcadas pela luta da Reforma Agrária se organizam frente a opressão de gênero e o sistema capitalista patriarcal, tendo o Artesanato como arma econômica emancipatória. As oficiais artesanais e feministas contribuem para amenizar o quadro da desvalorização do ofício de artesã, contemplando o artesanato como trabalho e não como algo menor; chama a atenção das mulheres para o pensar em economia de forma solidária e coletivista, observando no artesanato uma ferramenta na luta pela independência da mulher, auxiliando-a lutar pelos seus direitos; fortalecimento da autoestima; maior participação na tomada de decisão ligada a vida política do assentamento; elevação de consciência sobre as questões de gênero e o conceito do patriarcado; protagonismo dos grupos nos ambientes acadêmicos - estes tem ganhado visibilidade nas participações em eventos acadêmicos.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAHÃO, M. H. M. B. Pesquisa (auto)biográfica – tempo, memória e narrativas. In: ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto. (Org.). **A aventura (auto)biográfica – teoria & empiria**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. v. 1, p. 201-224.
- FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2001.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- GARCIA, M. F. **A luta pela terra sob enfoque de gênero**: os lugares da diferença no Pontal do Paranapanema. Tese – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.
- JOSSO, M-C. **Histórias de vida e formação**. São Paulo: Cortez, 2004.
- MIGUEL, L. F. Política de interesses, política do desvelo: representação e singularidade feminina". **Revista Estudos Feministas**, vol. 9, nº 1. Florianópolis, 2001, pp. 253-67.
- SAFFIOTI, H. **A Mulher na Sociedade de Classes**, Editora Vozes, R.J. 1976.
- SAFFIOTI, H. I. B. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.
- SETOR DE FORMAÇÃO DO MST. **Método de Trabalho e Organização Popular**. São Paulo: Editora Anca, 2005.
- SOUZA, M. J. L. Por que trabalhar com oficina. In: VIEIRA, V.; CHARF, C (orgs). **Mulheres e homens trabalhando pela paz e contra a violência doméstica**. São Paulo: Associação Mulheres pela Paz, 2012. Cap.3, p.167-168.